



Natalidade: Como fazer crescer Portugal?

Evolução, Desenvolvimento da População e Natalidade

Alice Frade

9 de Maio | Fundação Champalimaud



ALGUNS DADOS

População

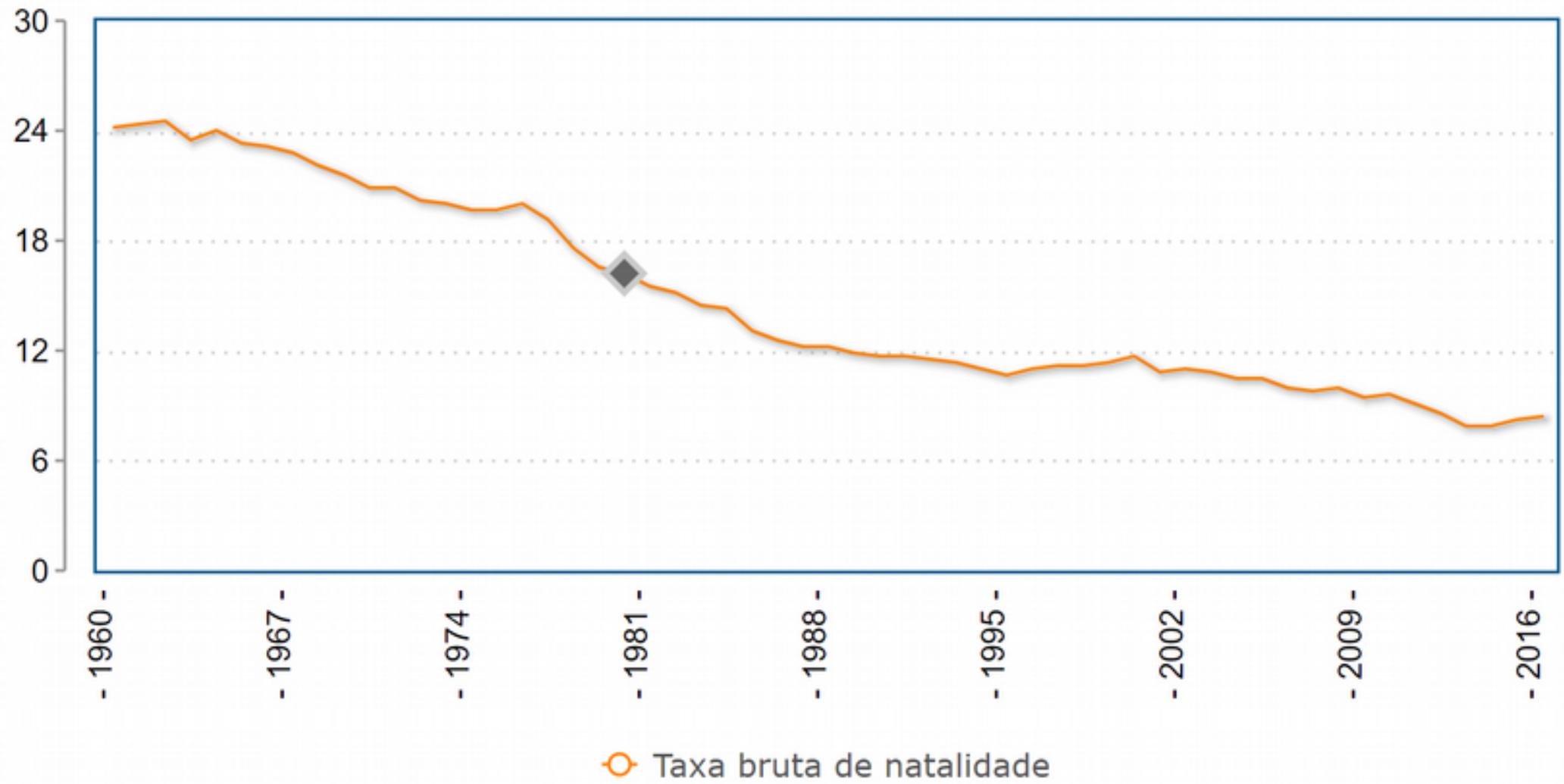
1960 - 8.865 Milhões

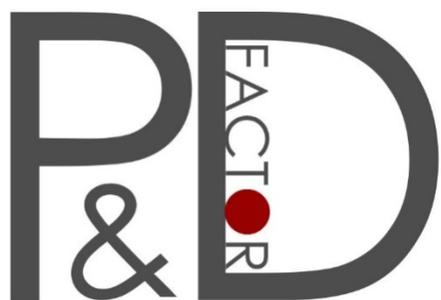
2017 - 10.269 Milhões

Bebés que nascem por cada 1000 habitantes (*TxBrNatalidade*)

1960 - 24,1‰

2016 - 8,4 ‰





Quantos filhos existem, em média, por mulher em idade fértil? (*Índice Sintético de Fertilidade*)

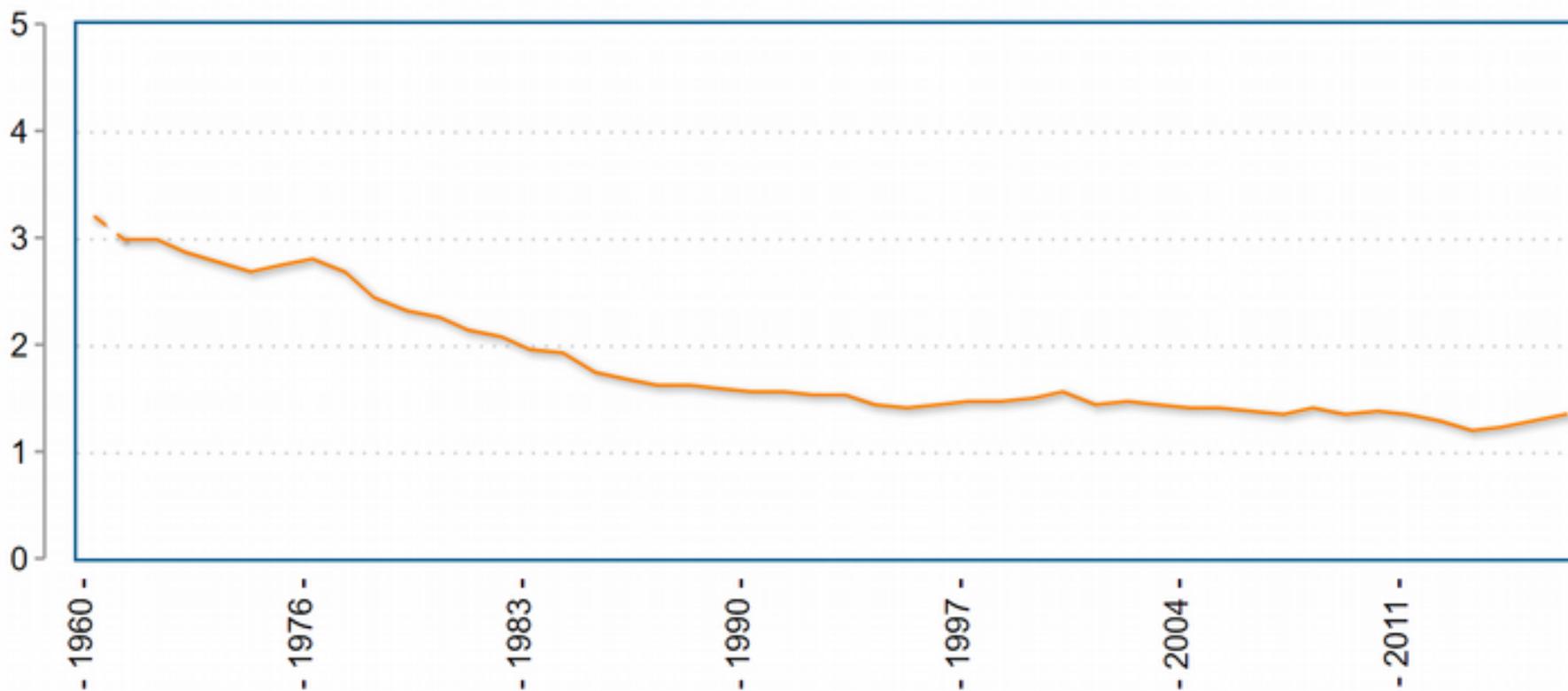
1960 - 3,20

2016 - 1,36

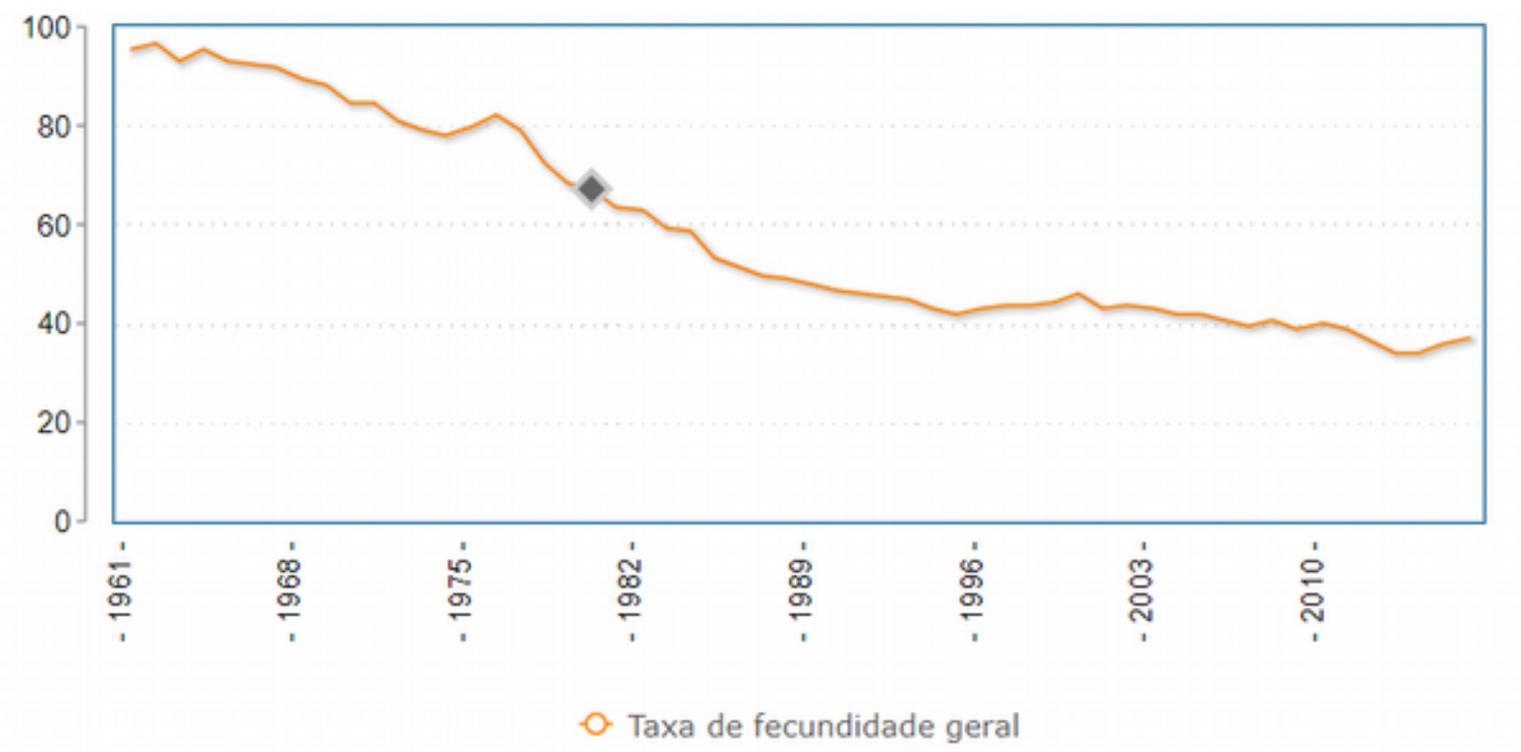
Quantos filhos existem em cada 1000 mulheres em idade fértil? (*Txfecundidadegeral*)

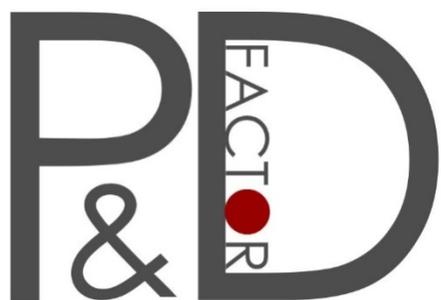
1961 - 95,7 ‰

2016 - 37,1 ‰



○ Índice Sintético de Fecundidade





Com que idade as mulheres são em média mães pela primeira vez

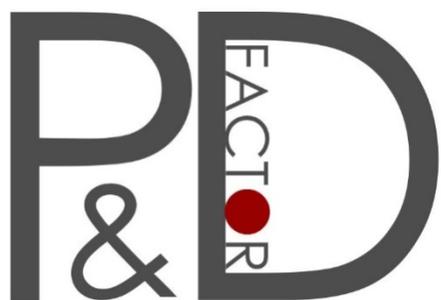
1960 - 25 anos

2016 - 30,3 anos

Quantos filhos/as existem em média por cada 1000 mulheres em idade fértil

1961 - 95,7‰

2016 - 37,1 ‰



Grupo etário	1960	2016
15-19 anos	26,2 ‰	8,1‰
20-24 anos	148,7 ‰ (2)	33,5 ‰
25-29 anos	177,6‰ (1)	67,8 ‰ (2)
30-34 anos	133,4‰ (3)	92,6 ‰ (1)
35-39 anos	94,4‰	56,1 ‰ (3)
40-44 anos	42,5‰	12,7 ‰
45-49 anos	3,5‰	0,7 ‰



Taxa de mortalidade infantil (*Quantas crianças morrem com menos de um ano de idade por cada 1.000 nascimentos*)

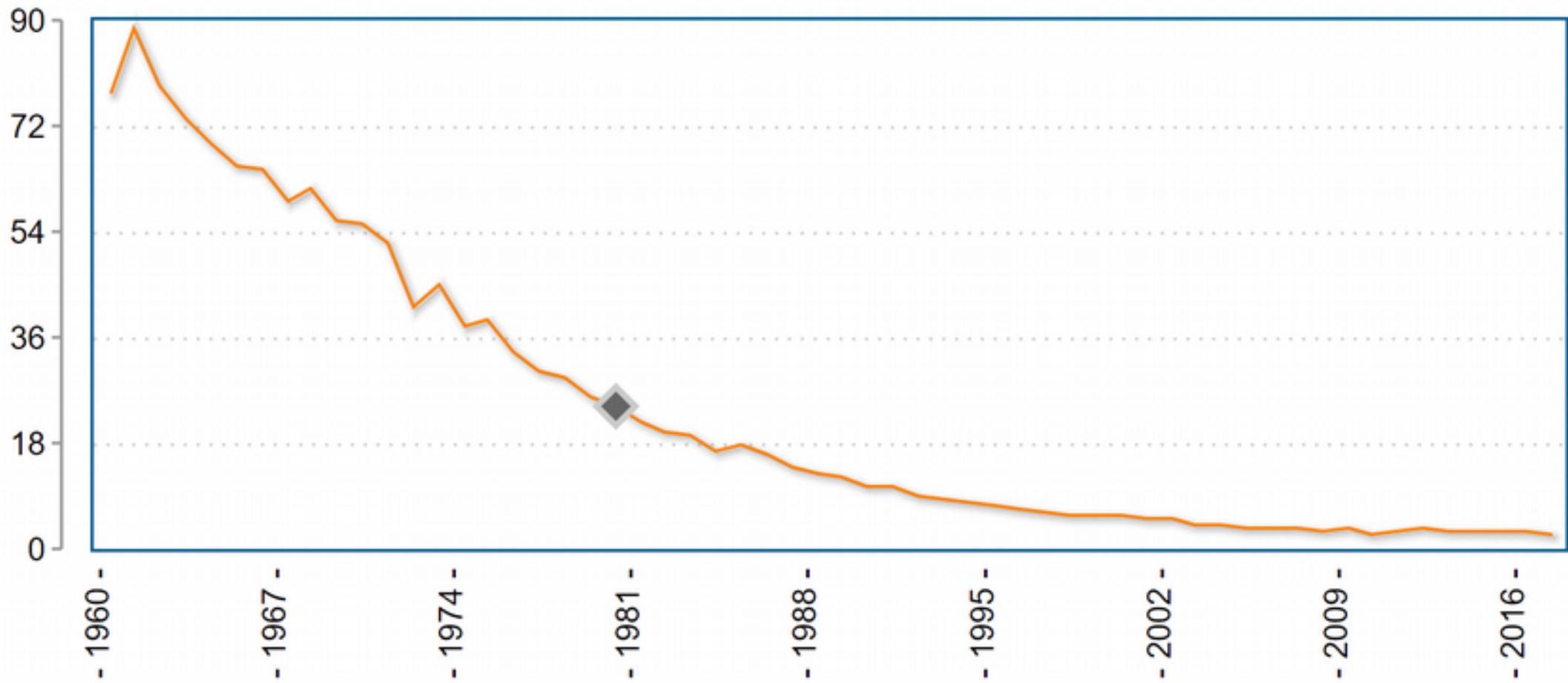
1960 - 77,5 ‰

2016 - 2,6 ‰

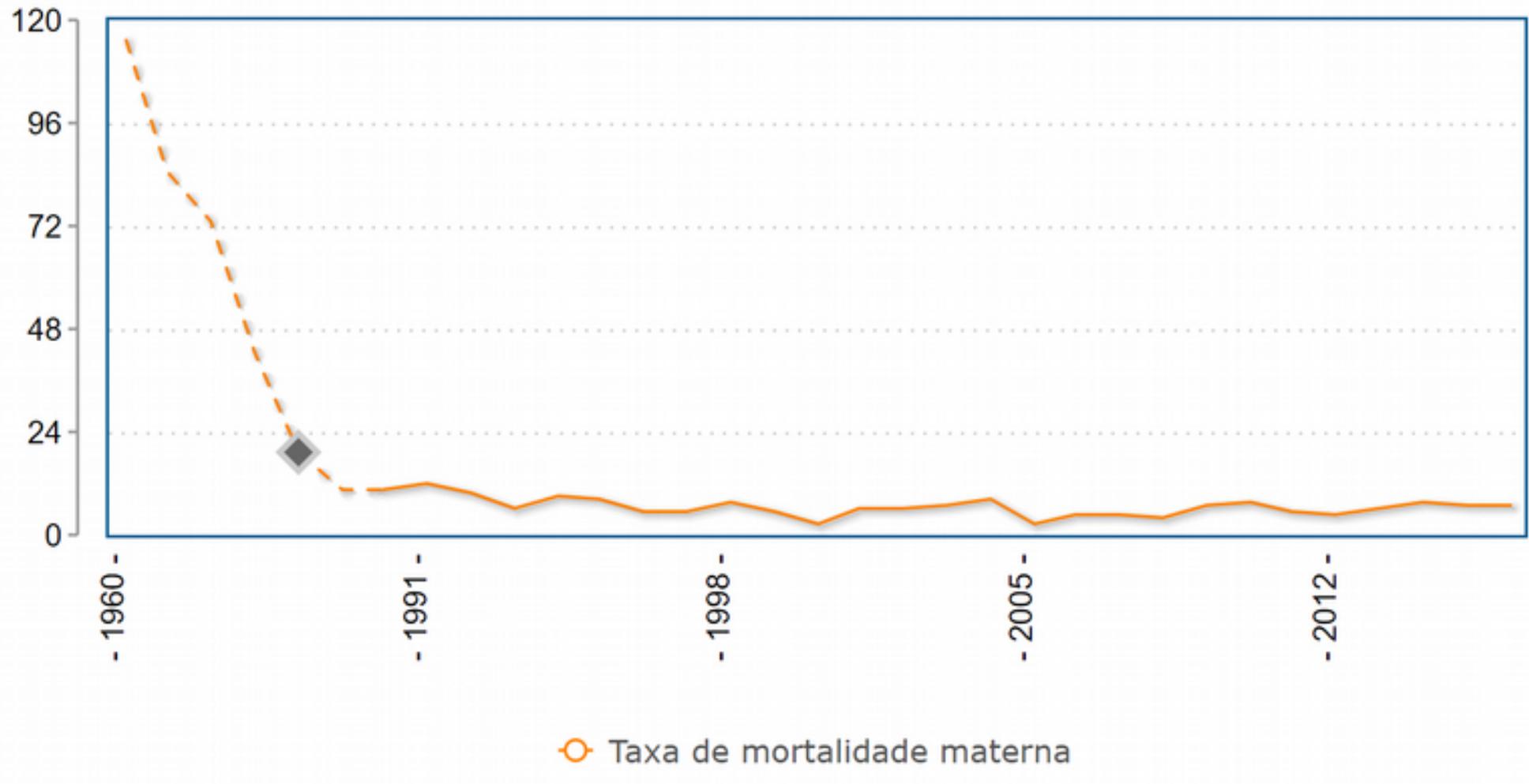
Taxa de mortalidade materna (*Quantas mulheres morrem devido à gravidez, parto ou após o parto, por cada 100.000 nascimentos*)

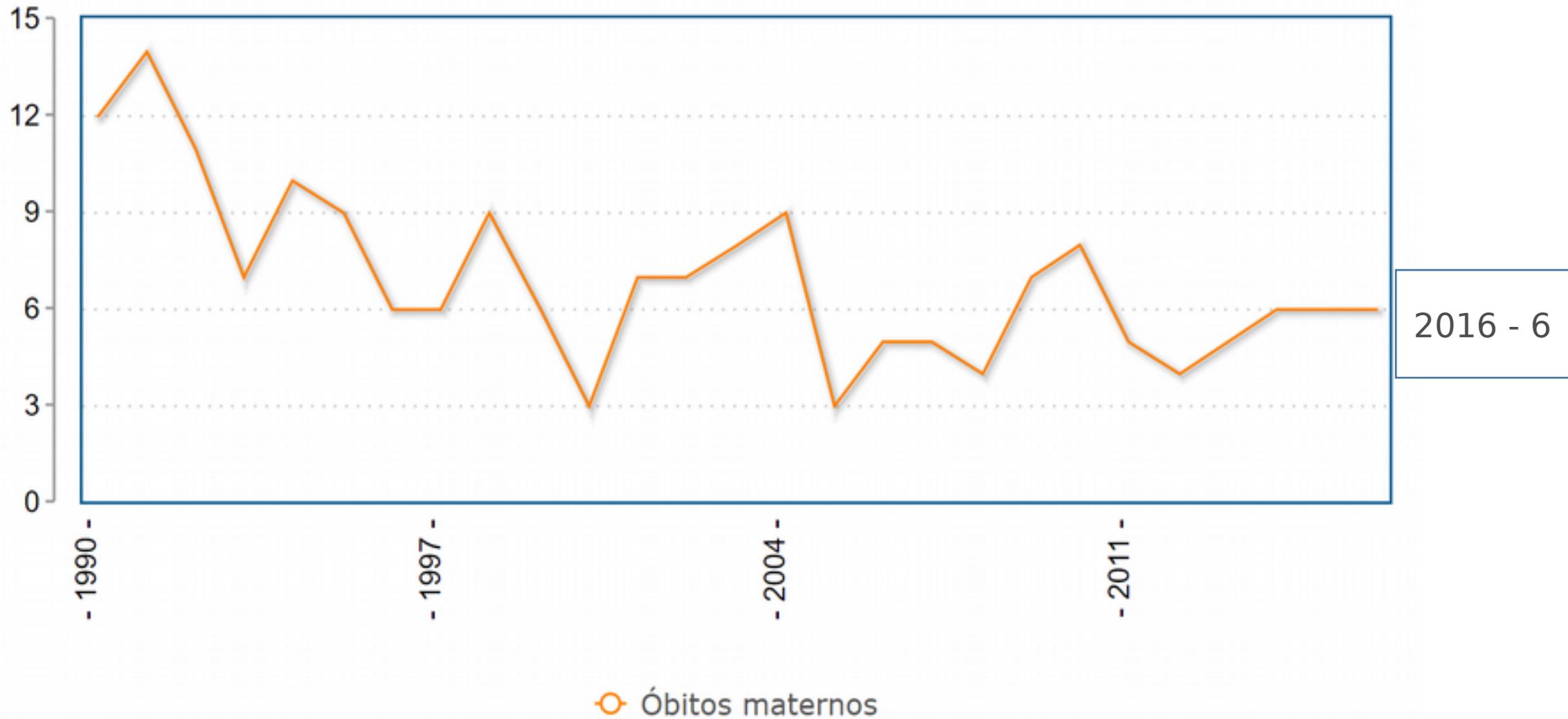
1960 - 115,5 ‰

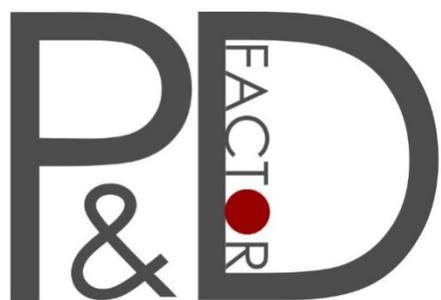
2016 - 6,9 ‰



○ Taxa de mortalidade infantil







Taxa de mortalidade perinatal (*Quantos são os fetos que nascem sem vida ou os bebês que morrem na primeira semana de vida por cada 1.000 nascimentos com ou sem vida*)

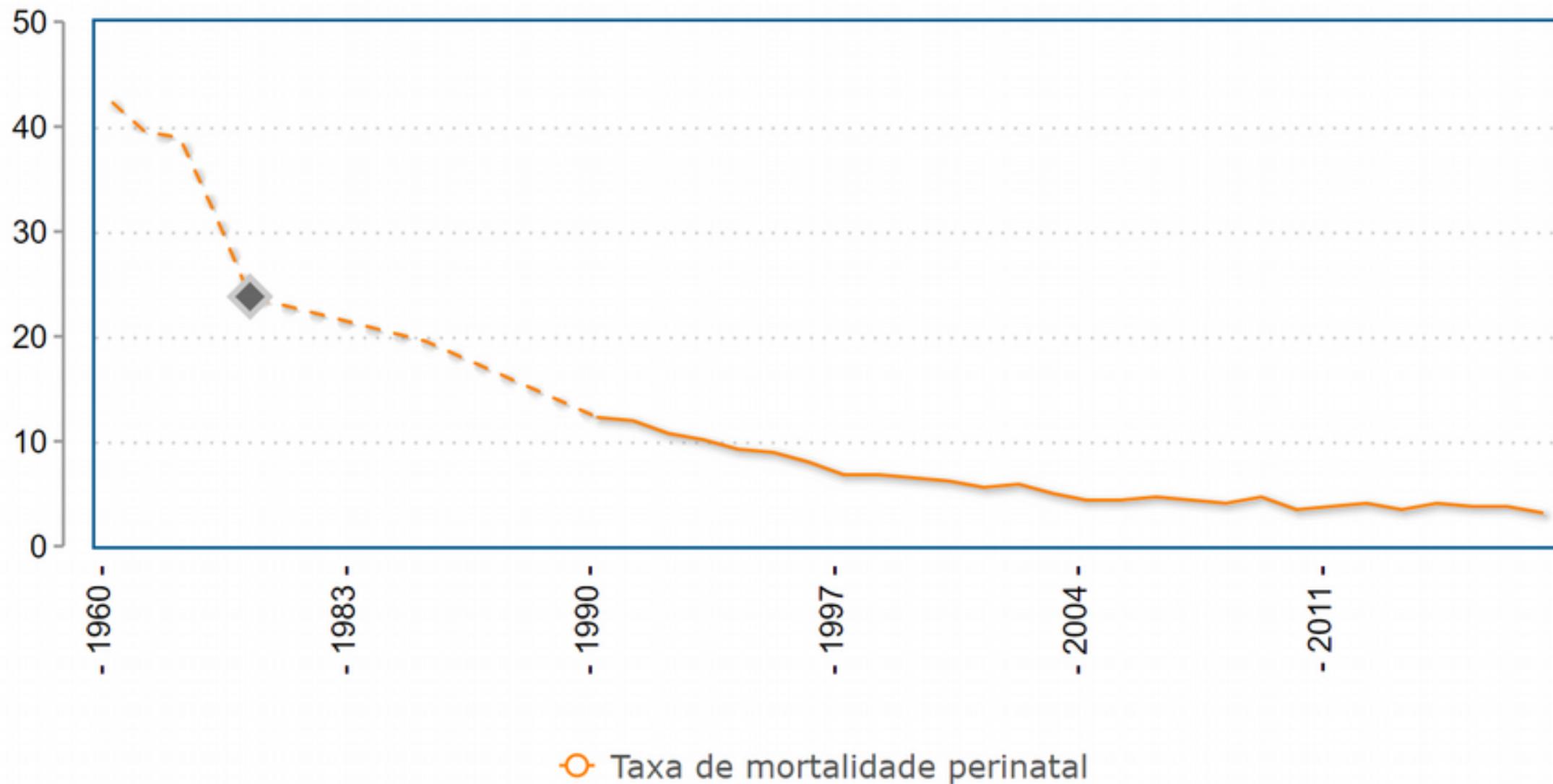
1960 - 42,2 ‰

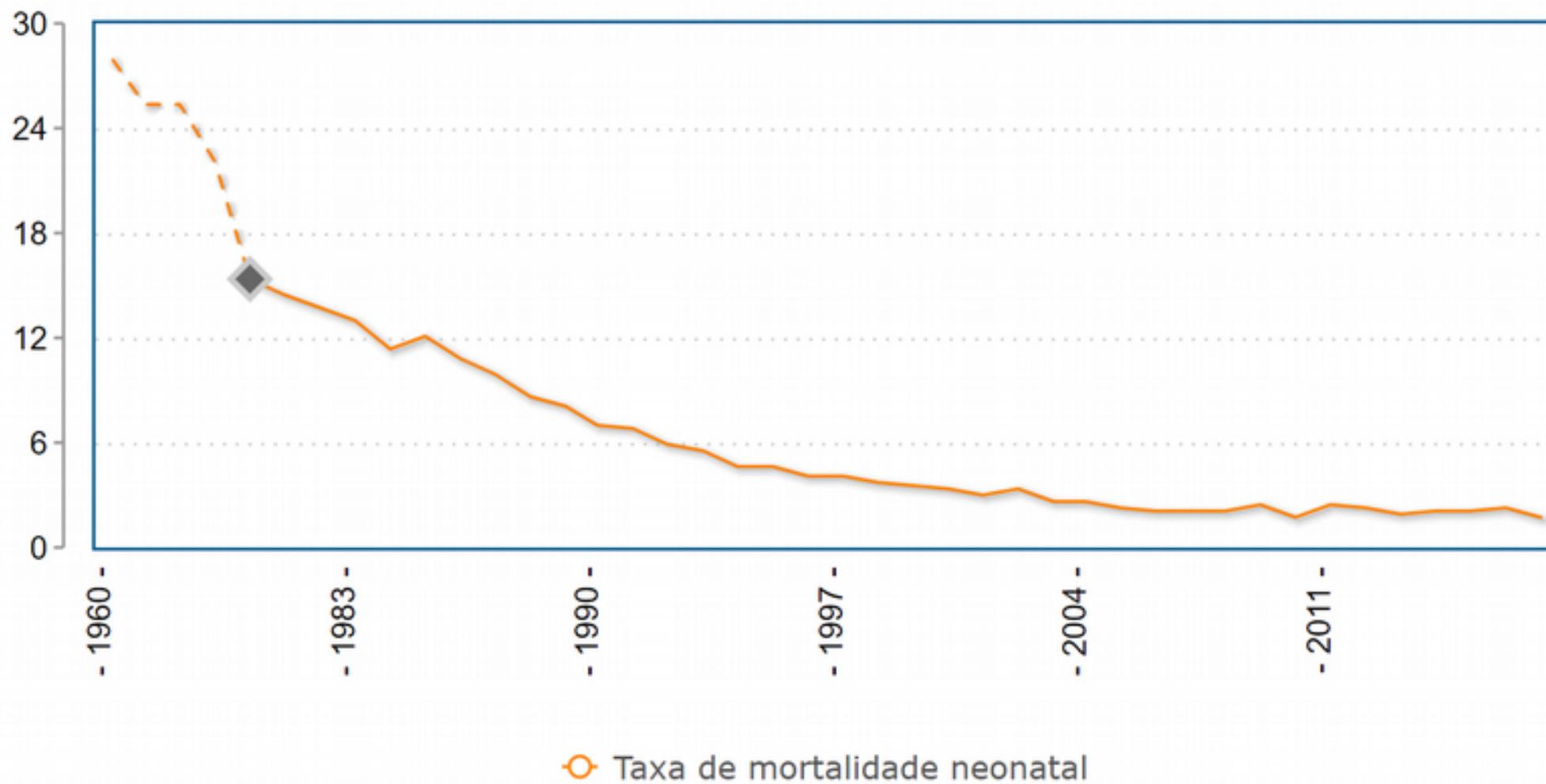
2017 - 3,1 ‰

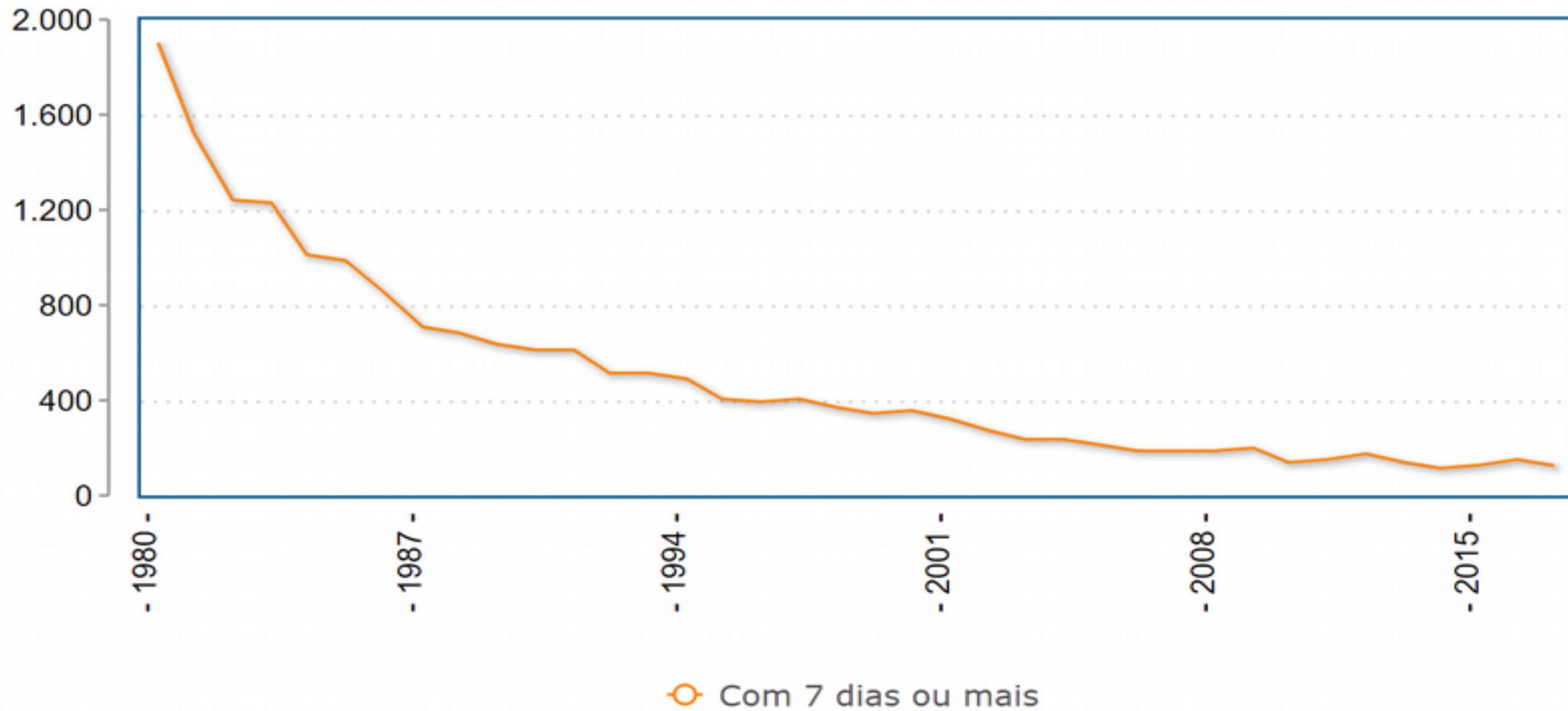
Taxa de mortalidade neonatal (*Quantos bebês morrem durante o primeiro mês por cada 1.000 nascimentos*)

1960 - 28,8 ‰

2017 - 6,9 ‰







Imigração

Anos	Naturalidade		
	Total	Portuguesa	Estrangeira
2008	29.718	8.800	20.918
2009	32.307	14.217	18.090
2010	27.575	16.079	11.496
2011	19.667	11.860	7.807
2012	14.606	9.326	5.280
2013	17.554	9.744	7.809
2014	19.516	7.865	11.645
2015	29.896	12.712	17.156
2016	29.925	11.790	18.122

Emigração

Ano	Total	E.Permanente	E.Temporário
2011	100.978	43.998	56.980
2012	121.418	51.958	69.460
2013	128.108	53.786	74.322
2014	134.624	49.572	85.052
2015	101.203	40.377	60.826
2016	97.151	38.273	58.878



- A população portuguesa vem a diminuir desde a década de 60 (Séc. XX)
- Em 1982 o nº médio de filhos por mulher foi abaixo dos 2,1 (limiar mínimo de substituição das gerações)
- O investimento em saúde materno-infantil, acompanhamento da gravidez, cuidados neo-natais e pediátricos, o parto assistido, o planeamento familiar, o acesso à contracepção, o SNS ... – melhoria dos serviços e cuidados em saúde sexual e reprodutiva desde a década de 70 – resultaram na sustentável diminuição das taxas de mortalidade e morbilidade materno-infantil
- Diminuição da gravidez em adolescentes
- > opções para realização de projectos parentais



Aumento da Esperança Média de Vida

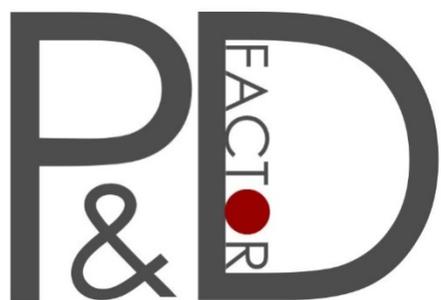
Em 1970 - 67,1 anos (H - 60,7 M-83,3)

Em 2015 - 80,6 anos (H - 77,6 M- 66,4)

Aumento da Esperança de vida para pessoas com 65+ anos

1970 - 13,5 (H - 12,2 M-14,6)

2016 - 19,5 (H - 17,4 M -20,7)



A fecundidade desejada situa-se nos 2, 3 e a realizada em 1,03.

A maioria (92%) quer ter filhos ou ter mais filhos e apenas 8% não o deseja. O que significa que, em Portugal, não se desistiu de ter filhos. Temos filhos cada vez mais tarde e é cada vez mais frequente ficarmos pelo filho único.

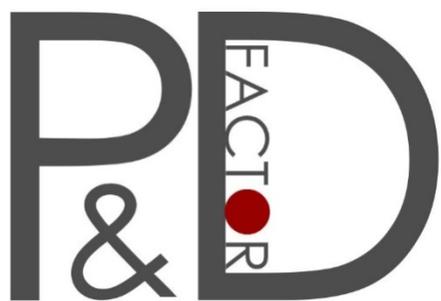
Inquérito à Fecundidade de 2013



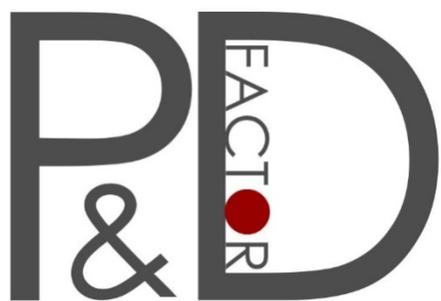
É essencial reconhecer que não são os nascimentos que vão travar o envelhecimento da população e tornar sustentável o Estado social

“o envelhecimento tem a ver com a diminuição dos nascimentos, mas sobretudo com o aumento da esperança de vida e pelo menos a médio prazo, que não nos distingue do resto da Europa ou do mundo e que não deve ser encarado como uma catástrofe, mas como um sinal de novos tempos a que precisamos de nos adaptar e reconhecer como ganho de desenvolvimento” Maria João Valente Rosa

Será pela criação de condições para que as pessoas que querem ter filhos os tenham e, sobretudo, pelas migrações que a demografia nacional poderá ganhar de novo vitalidade.



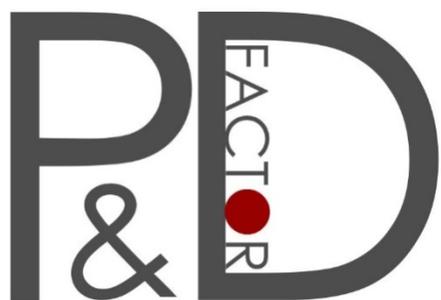
- A diminuição da fecundidade e natalidade tem impacto nas dinâmicas demográficas < jovens < mulheres em idade fértil ou reprodutiva
- A maior escolarização - acesso e gratuidade
- **A presença das mulheres no mundo laboral formal e o seu contributo indispensável para o orçamento familiar (apesar das diferenças salariais)**
- **Os ritmos e horários de trabalho**
- **Adiamento da maternidade e paternidade**
- **Criança - sujeito de direitos / as pessoas têm menos filhos para lhes darem mais condições.**
- **As diferenças entre a Fecundidade desejada e a realizada - apesar de desejarem 2 a 3 filhos/as o adiamento determina que fiquem pelo filho único**
- O 2º filho/a - o adiamento, os problemas de conciliação, a cultura organizacional,



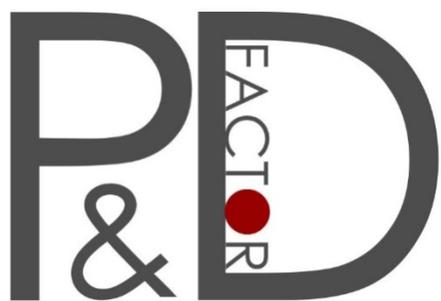
Na cultura empresarial e de organização do trabalho, continua a exigir-se aos homens um maior compromisso com a esfera profissional e às mulheres a conciliação.

Na precarização das condições de vida, na diminuição dos apoios públicos e na incerteza face ao futuro residem os verdadeiros obstáculos à natalidade.

Ter filhos é, hoje, uma decisão muito ponderada e há níveis mínimos de bem-estar que é necessário garantir. O adiamento do 1º filho afeta todos os nascimentos.

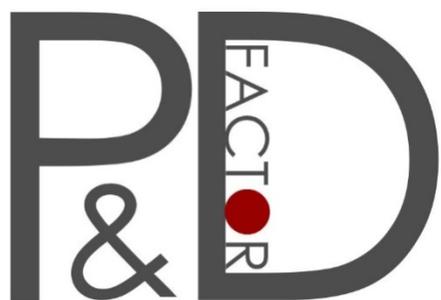


A habitação e autonomia financeira, ainda é entendida como o passo inicial da construção de família. Importa que, num país onde muitas pessoas se veem forçadas a voltar para casa dos pais, **existam condições de confiança a nível de previsibilidade de rendimentos e juros, para o acesso à habitação, quer por arrendamento, quer por compra.**



É necessário, em simultâneo, atuar em várias frentes:

- ciclo de vida,
- saúde e produtividade,
- igualdade de género e conciliação,
- aumentar a imigração e travar a emigração,
- previsibilidade e confiança na economia e pacto social,
- políticas e práticas empresariais que respeitem a dignidade de trabalhadoras/es e o seu papel na sustentabilidade social,
- o trabalho digno,
- o reconhecimento do direito à realização nos domínios profissionais, pessoais, familiares, ao bem-estar e ao cuidar



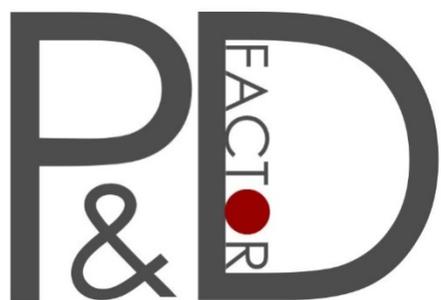
Algumas das sugestões (apresentadas em 2015)

1. Reforçar, política e socialmente, a igualdade entre homens e mulheres, com atenção às estereotípias presentes ao nível do setor privado, mas também público: rever as culturas e os modelos organizacionais, tornando-os efetivamente inclusivos e favoráveis à igualdade de género, organização familiar e natalidade.
2. O reconhecimento da urgência do compromisso das empresas com a sustentabilidade da sociedade contemporânea.
3. Incentivo à defesa do setor público em matéria de saúde, educação, proteção social, cuidados com as crianças e seniores e respetiva qualidade dos equipamentos e respostas sociais.



4. Reforçar o investimento em programas de prevenção e promoção da saúde, ao nível dos cuidados primários ao longo da vida - permite a deteção precoce de problemas - incluir, além dos cuidados de saúde materna e infantil, como a preparação pré e pós parto, também cuidados de estomatologia, oftalmologia, dermatologia e terapeutas, por exemplo, da fala e fisioterapia, sem esquecer os adequados à população sénior.

5. Importância da escolaridade gratuita de qualidade no setor público tendo especial atenção os custos associados e respetivo peso no rendimento familiar, já precário e que leva muitas vezes à opção por ficar em casa ou usufruir de outras prestações sociais (como, por exemplo, reformas de pais, mães, avôs e avós) - não é solução de desenvolvimento, nem de inclusão.



6. Transportes públicos gratuitos para estudantes.
7. Ter especial atenção ao acesso e acessibilidade a serviços e equipamentos sociais, incluindo na organização e na planificação da sua localização e da rede de transportes.
8. Abono de família até aos 18 anos e complemento de educação (a suportar pelo setor público, mas também pelo setor privado).
9. Envolver e questionar a Concertação Social
10. Reconhecendo a maternidade e paternidade, sobretudo centrada na mulher e na gravidez, como bem social, porque não equacionar uma majoração (ainda que transitória) específica para a contabilização do tempo de reforma que tenha em conta o tempo de gravidez e respetivas licenças de maternidade e paternidade, com efeito ao nível das prestações sociais para as famílias em especial vulnerabilidade?

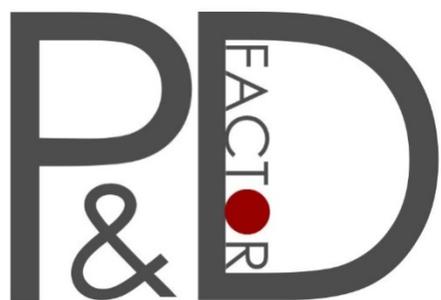


11. Maximizar potencial de esperança e cumprir com a previsibilidade no espaço pelo menos de 3 gerações

12. Prevenir o idadismo e o desvalorizar das pessoas

13. Mulheres com maior formação > intenção de terem filhos/as mas são o grupo que menos realização deste desejo de fertilidade

14. É a economia e a desigualdade de género que está a travar a natalidade em Portugal....Não é a narrativa !!!



Não somos apenas responsáveis pelo que fazemos, mas também pelo que não fazemos quando sabemos....

A abordagem da natalidade e a realização da maternidade e parentalidade deve acompanhar a abordagem de direitos humanos fundamentais

Obrigada

alicefrade@popdesenvolvimento.org

www.popdesenvolvimento.org